

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

- 1. Expediente.**-----
- 2. Ata.**-----
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
  - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017;**-----
  - b) Mapa de Pessoal para 2017;**-----
  - c) Apoio às freguesias do Município de Santiago do Cacém;**-----
  - d) Transferência de verba para a União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra – edição do catálogo “Dom Frei Manuel do Cenáculo – Itinerários por Santiago”.**-----
- 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:**-----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

**Não compareceram os membros:** Pedro do Ó Barradas de Oliveira, Ricardo Campos da Silva Rico, António João Antunes Isidoro, Igor Filipe Almeida Guerreiro e Carlos Jorge Canário Parreira. -----

**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, e dos Senhores Vereadores Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**SUBSTITUIÇÕES TEMPORÁRIAS**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que se faziam substituir, na presente Sessão, os senhores Ricardo Rico, eleito do PS, pelo Senhor Carlos Tomás que se segue na mesma lista, e Carlos Parreira, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de

Ermidas Sado, pelo seu substituto legal, Senhor Paulo Encarnação, eleito pela mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.

#### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Nuno Ferreira, do Movimento de Utentes de Santo André, inscrito para o efeito, o qual começou por questionar a razão do Município não ter acolhido a medida sobre o **IMI Familiar**, para benefício das famílias mais numerosas.-----

Referiu em seguida que a **Feira anual de Santo André** não correu bem, este ano, devido às condições atmosféricas e ao facto da sua localização não ser a melhor, considerando que esta situação devia ser analisada na perspetiva daquele Certame vir a ter mais sucesso, ponderando a sua deslocalização para a Cidade de Vila Nova de Santo André.-----

Questionou sobre a situação do **estacionamento na Lagoa de Santo André**, cuja degradação se tem vindo a acentuar. -----

Mais questionou se a Câmara Municipal tinha feito algum **contacto com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)**, no sentido das pequenas e médias empresas sitas no Parque Industrial de Santo André, virem a aproveitar os investimentos previstos para a Plataforma Industrial de Sines.-----

Questionou também por que razão o **Presidente da Junta de Freguesia de Santo André** não tinha **assento na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)**, tendo em conta que se trata da Freguesia com mais população na sub-região.

Referiu ainda que, segundo o anúncio do Governo, as **obras na A26-1** irão, finalmente, ser concluídas e retirados os pins, agradecendo a todos os membros dos órgãos municipais, e às forças políticas neles representadas, PCP, PSD, PS e BE, os esforços que desenvolveram para que a situação fosse resolvida. -----

Concluiu, desejando Boas Festas a todos. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelo Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Câmara Municipal tinha uma posição muito clara sobre a questão do **IMI Familiar**, a qual já tinha transmitido, em várias ocasiões, considerando que se tratava de uma medida demagógica que tinha sido tomada pelo anterior Governo, à custa de uma receita dos municípios, a qual iria beneficiar somente um número reduzido de famílias numerosas com rendimentos elevados, dado que grande parte das famílias numerosas não possuem habitação própria. Acrescentou que numa análise mais aprofundada sobre este assunto foi possível concluir que no caso de famílias da classe média baixa, proprietárias de um imóvel no valor de cem mil euros e com três ou mais filhos, a poupança com a aplicação daquela medida não seria mais de quinze por cento, o que corresponderia a um valor nominal de sessenta euros por ano. Mais referiu que, se o Governo anterior tivesse realmente preocupado com a situação económica destas famílias, bastaria não ter tomado a medida do aumento do IVA da eletricidade, de seis para vinte e três por cento, o que iria beneficiar todas as famílias, sendo que, no caso das famílias da classe média baixa, bastaria dois meses para pouparem aqueles sessenta euros. -----

Recordou ainda que, conforme informou quando o anterior Governo saiu com aquela medida, logo que o Município tivesse condições seria reduzida a taxa do IMI, mas para todos, o que já se concretizou relativamente ao imposto a cobrar no próximo ano, considerando que esta era uma medida mais justa.-----

Referiu ainda que a diferenciação entre os que ganham mais e os que ganham menos, deverá ser feita a nível do IRS, acrescentando que também partilhava da opinião de que os imóveis com alto valor patrimonial venham a ser taxados com um valor mais elevado. -----

Sobre a questão da **Feira de Santo André**, informou que se tratava de uma competência da Freguesia. -----

Relativamente ao **estacionamento na Lagoa de Santo André**, esclareceu que aquela obra, inserida na requalificação da Costa, era da responsabilidade da Sociedade Pólis do Alentejo Litoral, a qual era reivindicada pelas autarquias havia mais de quarenta anos. Mais esclareceu que se tratou de uma intervenção ambiental que não permite a utilização de alcatrão. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha alertado, na fase de projeto, para o facto de aquela solução não ser a melhor, o que se veio a comprovar, com a abertura de buracos no piso, no inverno, e muito pó, no verão. Mais informou que já colocou esta situação, várias vezes, ao Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Pólis, o qual assumiu o compromisso de resolver o problema, sendo que o mesmo terá de ser resolvido antes da próxima época alta. -----

Concluiu, referindo que esta situação não deve por em causa a importância da obra de requalificação que foi feita. -----

Em relação aos **contactos com a AICEP**, informou que existe uma relação institucional normal entre esta organização e a Câmara Municipal e que a Autarquia acompanha os investimentos promovidos no âmbito da mesma. Mais informou que os terrenos do Parque Industrial de Vila Nova de Santo André são propriedade do Estado, cabendo ao Município a sua gestão, com base num contrato que é revisto de dez em dez anos. -----

Informou também que não estão ainda garantidas verbas no Quadro Comunitário de Apoio para investimentos nos parques industriais, acrescentando que, sem fundos comunitários, será mais difícil investir naquele espaço, aguardando uma diretiva sobre o assunto. -----

**Sobre a representação da Junta de Freguesia na CIMAL**, informou que se tratava de uma questão legal definida nos estatutos da Organização, no que respeitava à eleição dos órgãos que a compõem. -----

Quanto às **obras na A26/IP8 e A26-1**, referiu que a Câmara Municipal se congratulava com o seu recomeço, depois de toda a luta travada pelas populações e as autarquias locais com esta finalidade. Acrescentou que o anúncio desta ação, por parte do Governo, não foi o mais correto, dado que, numa reunião da CIMAL com o Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal, os autarcas colocaram a questão do recomeço daquelas obras, não tendo aquele responsável assumido qualquer compromisso sobre a data prevista e, passados três dias, foram os mesmos confrontados com a comunicação do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, em Sines, informando que vinha lançar o reinício das obras, sem que tivesse havido qualquer aviso prévio ao Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Mais referiu que aquele anúncio devia de ter sido feito, em Santo André, considerando que se tratou de uma desconsideração por aquela população que tanto lutou e sofreu, durante os últimos seis anos, para que a situação fosse resolvida. -----

Concluiu, referindo que era importante que as obras tenham sido reiniciadas e que as mesmas fiquem concluídas até ao dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezassete, como foi anunciado pelo Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo que compreendia as preocupações dos cidadãos sobre a **Feira de Santo André**, considerando que esta questão deverá ser discutida no âmbito da Assembleia de Freguesia e com a população.

Acrescentou que se tratava de uma feira secular que se realizava ao longo do Caminho Municipal 1087, quando a população da Freguesia não ultrapassava as mil e quinhentas pessoas e o trânsito era muito reduzido naquela via. Situação que foi alterada com o desenvolvimento da Cidade de Vila Nova de Santo André, pelo que, foi aquela Feira deslocado para junto da Sala de Convívio, onde se realiza, há cerca de vinte anos, perdendo alguma dinâmica. Acrescentou que concordava que aquela Feira devia ser repensada, mas discordava da sua deslocalização para a Cidade de Vila Nova de Santo André, porque punha em causa a tradição, o que não seria bem aceite pela população rural da Freguesia, devendo ser respeitada a sua opinião. Mais referiu que era preciso pensar que tipo de feira se pretende, tendo em conta a realidade, a qual é bem diferente do tempo das feiras francas que incluíam a venda de gado e onde as pessoas iam comprar o que hoje adquirem nas lojas ou mercados. -----

Referiu ainda que a Feira, no ano em curso, teve a duração de cinco dias, aproveitando o fim de semana e o feriado que foi devolvido pelo atual Governo, no sentido de aproveitar o máximo de tempo possível, mas as más condições atmosféricas não ajudaram. -----

Mais referiu que no CM 1087, junto do qual se realizava aquela Feira, circulam, atualmente, uma média de quatro mil viaturas por dia, felicitando a Câmara Municipal pelo trabalho, em curso, de requalificação daquela via. -----

Relativamente à questão da **Freguesia de Santo André ter assento na CIMAL**, referiu que a mesma está representada nesta Assembleia Municipal e na Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), onde tem feito ouvir a sua voz. -----

Concluiu, referindo que era importante o empenho das pessoas no desenvolvimento da Freguesia de Santo André. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença dos munícipes e retribuiu os votos de Boas Festas. -----

#### ----- **MOÇÃO SOBRE PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO NO LITORAL ALENTEJANO -----**

Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:

“ A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém ao tomar conhecimento que: -----

1. Toda a faixa litoral portuguesa foi retalhada e dividida com vista à prospeção e exploração de petróleo e gás pelas grandes empresas do setor, entre as quais a Galp no caso do litoral alentejano. -----

2. O estado negociou e assinou entretanto contratos com estas empresas sem quaisquer estudos de impacto ambiental e sem discussão pública, em secretismo completo e sem quaisquer contrapartidas significativas para o Estado e para as populações. -----

3. O Estado manifestou publicamente na comunicação social a intenção de rescindir os contratos de exploração referentes à costa algarvia, nada mencionando quanto aos contratos referentes à costa alentejana, segundo os quais se avançaria para a exploração já em abril próximo, como constou também na comunicação social. -----

4. Os processos que estas empresas pretendem utilizar, designadamente o *fracking* ou fratura hidráulica, consiste em injetar no subsolo a alta pressão, em terra ou no mar, água, produtos químicos e areias, podendo atingir níveis de profundidade muito elevados, de modo a ter um profundo efeito penetrante, alargando as fissuras onde se encontra o petróleo e o gás e provocando a sua ejeção para a superfície. -----

5. Estes processos têm efeitos ambientais tremendos, que investigações científicas recentes têm comprovado e sublinhado – contaminação piscícola em ambiente marinho, poluição do ar, poluição sonora, riscos elevados de derrames com contaminação dos solos e dos aquíferos por infiltração, efeitos nocivos na saúde pública por exposição aos

hidrocarbonetos e por assimilação de produtos químicos com efeitos cancerígenos, alterações hormonais ou gerando partos prematuros.-----

6. Esta forma de exploração, provoca, inclusivamente, aumento da atividade sísmica. ---  
Numa altura em que:-----

1. O combate às alterações climáticas exige que 80% das atuais reservas de energia fósil permaneçam no subsolo.-----

2. Cada vez mais se exige o desenvolvimento de uma política energética nacional na linha dos grandes acordos internacionais que privilegie as energias renováveis, onde Portugal é aliás um dos países europeus com maior potencial.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 15 de dezembro de 2016:

1. Interpela o Governo português através do Senhor Primeiro Ministro e dos senhores Ministros da Economia, do Mar e do Ambiente, reclamando a rescisão dos contratos de prospeção e exploração de petróleo e gás em toda a nossa faixa litoral, não apenas na costa algarvia;-----

2. Reclama o desenvolvimento de políticas públicas que protejam o ambiente, defendam a qualidade de vida e a saúde das populações e preservem os nossos recursos naturais para as gerações vindouras;-----

3. Torna pública na imprensa local e nacional esta sua tomada de posição e dela dá igualmente conhecimento aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral e Assembleia Intermunicipal;-----

4. Solidariza-se com os grupos, associações e movimentos da sociedade civil que por todo o país, e também no Alentejo Litoral, se vêm pronunciando neste sentido.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, começando por referir que a moção sofria de algumas falhas, dado que o tipo de prospeção a efetuar no Litoral Alentejano não tinha nada a ver com o referido na mesma, em termos técnicos.-----

Acrescentou que o País precisa da riqueza do seu subsolo, das indústrias mineira e de ferro que estão a ser reativadas, sem por em causa o turismo e o meio ambiente.-----

Mais referiu que as indústrias da Plataforma Industrial de Sines trabalham com petróleo e não se ia pedir à Refinaria que deixasse de produzir. Acrescentou que no mar da Costa Alentejana existe uma rota da Marinha Mercante por onde transitam petroleiros, o que poderá ser mais perigoso que as perfurações em causa, se ocorrer um derrame. -----

Referiu ainda que está previsto o encerramento da Central Termoelétrica, o que irá reduzir substancialmente a poluição na região. -----

Referiu ainda que seria uma calamidade para esta zona e para o País se o petróleo acabasse, acrescentando que existem países com petróleo que também têm turismo de qualidade e sustentabilidade ambiental, como é o caso da Noruega, Suécia, Dinamarca e Estados Unidos da América, entre outros. Mais referiu que em Angola existem mil furos e nunca houve um derrame, assim como não consta que tenha havido derrames noutros países produtores de petróleo, exceto a situação que ocorreu no Golfo do México, dado que se trata de uma indústria onde a segurança é rigorosa. -----

Informou também que o processo de pesquisa de petróleo, em causa, consiste na execução de um único furo, a efetuar a cinquenta quilómetros de Sines, a sul, não sendo visível da terra, o qual demora quarenta e nove dias a ser executado, sendo depois fechado.-----

Acrescentou que serão os contribuintes que irão pagar a fatura no caso de rescisão dos contratos com as empresas de prospeção. -----

Referiu ainda que, se não existir petróleo ou se a sua extração não for sustentável, o País terá de continuar a importar este produto, o que sairá mais caro, sendo também

necessária menos mão de obra. Acrescentou que, se for encontrado petróleo e a sua exploração for viável, poderão vir a ser criados mais dois mil postos de trabalhos, em dois anos. -----

Mais referiu que era importante pensar em alternativas económicas que permitam a criação de pequenas e médias empresas, porque a indústria turística é muito volátil. -----

Concluiu, referindo que os países que têm petróleo não o desperdiçam e que era importante que todos tivessem devidamente informados, para não criarem alarmismo sobre este assunto, acrescentando que era levado a pensar que os proponentes da moção não usam petróleo nem produtos derivados do mesmo. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que as suas posições de defesa do Ambiente eram do conhecimento geral, lançando em seguida um repto às restantes bancadas da Assembleia Municipal e à Câmara Municipal no sentido da instalação de postos de abastecimento de veículos elétricos no Município. -----

Mais referiu acompanhar as preocupações do seu camarada de bancada sobre a questão da empregabilidade. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, questionando se a posição assumida pelo membro da Assembleia, Senhor Hugo Ferreira, sobre este assunto, era a sua opinião, enquanto trabalhador da indústria petrolífera, ou se aquela era também a posição coletiva da bancada do PS. -----

Acrescentou que ninguém podia garantir o risco de consequências ambientais nefastas nesta matéria, independentemente de ter ou não conhecimentos técnicos sobre a indústria petrolífera, caso contrário, não seriam necessários os acordos ambientais a nível internacional que tem vindo a ser celebrados. Mais referiu que a questão que se colocava era saber qual a herança, em termos ambientais, que se quer deixar para as gerações futuras. -----

Referiu também que lhe parecia absolutamente coerente que a Câmara e a Assembleia Municipal se manifestassem no sentido de recusarem a execução daquele furo na costa Alentejana, tal como os movimentos cívicos o fizeram relativamente à costa Algarvia, o que levou o Governo a tomar a decisão de rescindir o contrato assinado com as empresas prospetoras. Acrescentou que, independentemente da fatura a pagar, deviam ser tidas em conta as consequências gravosas para o Ambiente, o que fez com que a população se manifestasse contra a exploração petrolífera no Algarve. -----

Mais referiu que está provado que o petróleo se irá esgotar, o que não se sabe é quando é que isso vai acontecer, considerando necessário investir nas energias alternativas e na educação das novas gerações, no sentido de se formar uma nova mentalidade que construa o equilíbrio ambiental para o planeta. -----

Acrescentou que, independentemente dos hábitos de cada um relativamente ao uso do petróleo ou de outras energias alternativas, era preciso apostar na promoção do bem-estar ambiental e na conservação das espécies piscícolas e outras, apelando ao voto favorável nos termos da proposta de Moção. -----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que não conhecia como ia ser explorado o petróleo no Litoral Alentejano, nem as circunstâncias que levaram o Governo a rescindir o contrato com as empresas prospetoras no Algarve, considerando que, se as circunstâncias forem as mesmas, o Governo deverá ter uma atitude idêntica. -----

O Senhor Rui Madeira referiu que não conseguia perceber como se podia apontar o futuro do País com base no petróleo, quando a situação de muitos países produtores de petróleo é de um autêntico caos económico, social e ambiental, com graves problemas para as populações, as quais não viram melhoradas as suas condições de vida.

Acrescentou ter a certeza de que o futuro não passa pela indústria do petróleo, mas sim, por mais energias alternativas, nas quais o País tem vindo e deverá continuar a apostar.

O Senhor João Saraiva de Carvalho referiu que a exploração de petróleo podia ser encarada como uma solução, a curto prazo, até se atingir a autossuficiência energética com base nas energias alternativas.-----

Mais referiu que era preocupante a enorme poluição provocada pela Central Térmica e também o facto de se estar a vender as serras do País em sacos de cimento, considerando que se podia evitar esta situação se se optasse pelo uso da madeira na construção, em substituição do ferro e do cimento, criando uma grande indústria florestal que iria melhorar o ambiente sem destruir a natureza, ao mesmo tempo que se devia continuar a apostar na energia solar, sem deixar de ter em conta que nada é definitivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, tendo em conta o défice energético do País, era necessário conhecer os recursos geológicos existentes, através de ações devidamente ponderadas e com base em estudos de impacto ambiental, envolvendo as autarquias locais e as populações. -----

Acrescentou que o anterior Governo não deu conhecimento às autarquias dos contratos de prospeção de petróleo, em causa, considerando que os mesmos deverão ser denunciados ou revistos, tendo em conta o que referiu anteriormente. -----

Mais referiu que o Governo não deverá prescindir de recursos que possam potenciar a economia, considerando que os recursos fósseis não se irão esgotar a curto prazo, mas que se deverá optar pelo incremento das energias renováveis. -----

Referiu que na Plataforma Industrial de Sines a Central Termoelétrica era a maior poluidora do País. -----

Concluiu, referindo que era preciso ter também em conta a questão da empregabilidade, considerando que um eventual encerramento de indústrias nesta zona teria graves consequências sociais. -----

Interveio novamente o Senhor Hugo Ferreira, referindo que concordava que os recursos petrolíferos não irão acabar num curto espaço de tempo e esperava que as energias renováveis atingissem um grau de desenvolvimento que permita que se venha a prescindir dos hidrocarbonetos. Contudo, existindo aquele recurso, considerava que o mesmo devia ser aproveitado. -----

Mais referiu que o Ambiente não tinha fronteiras e que a China, todos os dias, abria centrais térmicas, cuja poluição era transportada pelo vento, atingido vastas áreas do globo. -----

Concluiu, referindo esperar que o Governo continue também a apostar nas energias renováveis. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com sete votos contra**, sendo **seis dos eleitos do PS**, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e **um da eleita do PSD**, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. **Dezoito abstenções, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Paulo Dinis Romão da Encarnação, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C.

Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, e um voto a favor da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

### **COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO LITORAL ALENTEJANO.**-----

A Senhora Ana Raquel Hilário salientou o facto de, pela primeira vez, terem sido desenvolvidas tantas iniciativas no Litoral Alentejano, em geral, e no Município de Santiago do Cacém, em particular, para alertar para este problema, o qual se tem vindo a agravar, sendo que já foram assinalados quatrocentos casos no Litoral Alentejano e no Município de Santiago do Cacém foram abertos quarenta casos novos, no ano em curso, considerando que é uma fatalidade tão elevada incidência desta situação, em pleno século XXI. -----

Mais referiu a importância do trabalho em rede que tem vindo a ser desenvolvido pelas várias entidades intervenientes no processo de sensibilização para esta matéria, o qual foi melhorado através do Protocolo estabelecido entre as mesmas, partilhando responsabilidades e despesas, realçando o facto de este território ser o primeiro, a nível nacional, a assinar um protocolo deste género entre as diferentes entidades que combatem esta situação no terreno, bem e como o facto dos municípios do Litoral Alentejano terem uma estratégia de combate à violência doméstica.-----

Acrescentou que todos são importantes nesta ação, considerando um dever cívico alertar para as situações que iniciem crime de violência contra as mulheres e também contra as pessoas de outro género, embora seja mais elevada a incidência deste crime contra as mulheres. -----

Referiu ainda que era também de assinalar a campanha nacional promovida pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade sobre esta temática, a qual decorreu de vinte e quatro a vinte e seis de novembro, tendo tido lugar, em Santiago do Cacém, uma iniciativa partilhada entre o Município, a Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL), a Associação Contra a Violência Doméstica e o Movimento Democrático de Mulheres. -----

Acrescentou que teve igualmente lugar um debate sobre o tema, na Rádio Local, Antena Miróbriga, no programa “Porta Aberta”, da Câmara Municipal, no qual participaram a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Unidade Local de Saúde do Alentejo Litoral (ULSAL). Mais informou que está também a passar naquela Rádio um *spot* da Campanha Nacional contra a Violência Doméstica que evoca o som de uma torneira a pingar, o que incomoda, mas que muitos teimam em não fechar. -----

Informou também que foram desenvolvidas algumas iniciativas nas escolas, também no sentido da prevenção da violência no namoro.-----

Concluiu, manifestando o apreço a todas as entidades e pessoas que, incomodadas com esta situação, tem contribuído no sentido de erradicar este problema da sociedade, esperando que continuem a assinalar e a lutar contra este problema, apelando a todos para que denuncie este crime público. -----

### **MOÇÃO SOBRE OS QUARENTA ANOS DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS.**-----

Pela Senhora Isabel Contente, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Comemoram-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas. -----



A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais. -----

A 12 de dezembro de 1976, no seguimento de um intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias existentes. -----

O poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias. -----

As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. ----

Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República. -----

**Face ao exposto, a Assembleia Municipal reunida a 15 de dezembro de 2016 delibera: -----**

**1. Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos. -----**

**2. Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a reposição de freguesias, conforme a vontade das populações e dos órgãos autárquicos e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República.”-----**

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, tendo a **proposta** sido **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João

Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Paulo Dinis Romão da Encarnação, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante, um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe, e uma abstenção, da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FIDEL CASTRO** -----

Pelo Senhor Joaquim Gamito, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de “Voto de Pesar, pelo falecimento de Fidel Castro: -----

No passado dia 25 de novembro, aos 90 anos de idade, faleceu Fidel Castro, dirigente histórico da revolução cubana, que exerceu funções como Primeiro-ministro e como Presidente do Conselho de Estado e de Ministro da República de Cuba até 2008 e como Primeiro Secretário do Partido Comunista de Cuba até 2011.-----

Para além de naturais diferenças de opinião que possam existir quanto às suas convicções ideológicas, Fidel Castro foi uma personalidade cuja dimensão foi universalmente reconhecida não apenas pelos que partilham do seu ideal e projeto de construção de uma sociedade mais justa e solidária, mas também pelos mais diversos estadistas e dirigentes ao nível mundial.-----

Fidel Castro consagrou a sua vida aos ideais do progresso social e da paz, dirigindo a luta que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, em 1959, e mobilizando o povo cubano na construção de uma sociedade socialista, tendo enfrentado, desde 1962, o bloqueio económico, financeiro e comercial imposto pelos EUA ao seu país. -----

Enquanto dirigente e estadista, Fidel Castro tornou-se uma referência incontornável para os povos da América Latina e outros povos do mundo, sendo uma das personalidades marcantes da história das últimas décadas.-----

Fidel Castro foi um amigo do povo português, tendo-se empenhado no desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre Cuba e Portugal. A sua participação na Cimeira Iberoamericana realizada no Porto em 1998 foi uma expressão significativa dos laços de amizade e solidariedade que mantinha com o povo português.-----

Neste momento de emoção para o povo cubano, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, manifesta à Assembleia Nacional da República de Cuba e ao povo cubano, sentidos pêsames pelo falecimento de Fidel Castro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que, embora partilhasse ideias de esquerda, existiam dados históricos que não indicavam práticas democráticas no regime de Fidel Castro, nomeadamente a existência de polícia do estado e a transmissão do poder sem ser por via de eleições democráticas, passando o mesmo a alguém designado e com o seu sobrenome, bem como o facto de se denominar comandante, acrescentando que estas práticas não podiam ser subscritas, do ponto de vista democrático, independentemente das políticas sociais adotadas. -----

Mais referiu que esta era uma questão muito controversa dentro do seu partido. -----

Concluiu, referindo que ia votar favoravelmente, porque se tratava de um voto de pesar.

A Senhora Raquel Hilário, eleita do PSD, referiu que não ia votar contra, embora não se revisse na figura de Fidel Castro, acrescentando esperar que Cuba possa conhecer o desenvolvimento depois da recessão sobre a ditadura comunista de Fidel Castro.-----

Interveio o Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referindo que, talvez Fidel Castro não tivesse feito tudo bem, mas o Senhor Fulgêncio Batista tinha feito muito

pior. Acrescentou que, com todos os defeitos que Fidel possa ter tido, não pode deixar de se emocionar, como cristão, com uma notícia nas redes sociais, dando conta da descoberta de uma vacina contra o cancro do pulmão, feita por cientistas cubanos, a qual já está a ser testada nos grandes centros mundiais de investigação, o que demonstra a grande evolução neste campo registada naquele País, depois do derrube da ditadura de Fulgêncio Batista. -----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, referiu que apelidar o regime político cubano de ditadura comunista revelava uma completa ignorância no que respeitava à apreciação histórica da situação política, social e geográfica daquele País. Mais referiu que tentar transpor as ideias laicas republicanas da Europa e a ideia política de democracia burguesa, para a realidade da América do Sul, não era razoável. -----

Referiu ainda que Fidel de Castro foi de facto quem comandou o Povo Cubano para derrubar o ditador Fulgêncio Batista, em 1 de janeiro de 1959, quando Cuba era o Casino da América, no sentido da sua libertação de uma situação de analfabetismo e miséria total, conduzindo o país para elevados níveis de desenvolvimento, nomeadamente na educação e na saúde. -----

Lembrou ainda as palavras do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, de apreço pela figura de Fidel Castro, com o qual conversou na sua recente visita a Cuba, bem como a referência feita pelo Papa Francisco, de que aqueles que estão mais próximos dos cristãos são os comunistas. -----

O Senhor João Saraiva de Carvalho referiu que subscrevia a intervenção do Senhor José Sucena e acrescentou que o ditador Fulgêncio Batista mandou fuzilar sacerdotes da Igreja Católica por estarem ao lado do povo. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que apesar de já ter mencionado que as suas ideias são de esquerda, pelas intervenções que ouviu, era levada a pensar que a consideravam uma democrata cristã com aversões ao comunismo. Mais referiu que, independentemente do facto de ser de esquerda e de compreender o simbolismo do desfile triunfal da Revolução Cubana de mil novecentos e cinquenta e nove, considerava que o sistema não evoluiu de forma a aplicar práticas democráticas, sendo esta a realidade. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referiu que um Povo que subsistiu desde mil novecentos e sessenta e dois a um embargo económico, determinado pelos Estados Unidos, só pode ser um grande Povo, o qual sendo pobre não era miserável. -----

Mais referiu que Fidel Castro e outros dirigentes daquele País foram eleitos num processo de esquerda e que tem como base o centralismo democrático, o qual é preciso entender. -----

Referiu ainda que a revolução foi muito importante para Cuba, a qual era o casino dos Estados Unidos, instalados naquele País pelo ditador Fulgência Batista. Acrescentou que, passados cinquenta e sete anos, se podia afirmar que a revolução venceu e que Cuba era um caso à parte na América do Sul, a qual tem mostrado ao mundo uma grande dignidade que o resto do mundo não tem. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal leu o seguinte excerto de um texto publicado na Comunicação Social, ainda em vida de Fidel Castro, escrito por alguém que conheceu de perto a realidade daquele País, considerando que o mesmo dizia tudo sobre aqueles que dizem que Fidel Castro foi um ditador: “ *...Não há calúnia mediática que resista à prova de vida. Definir como ditador um dirigente amado por um povo que governa há quase meio século é um absurdo maldoso. O consenso entre o governante e a sua gente ridiculariza a diatribe forjada pelos seus inimigos...* ” -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** de Voto de Pesar a votação, a qual foi **aprovada por maioria, com dezanove votos a favor**, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Paulo Dinis Romão da Encarnação, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.-----  
Três abstenções, sendo duas das eleitas do PS, senhoras Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante, e uma da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----  
AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS: senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues Pereira, Nelson José Bento Raposo e Carlos Tomás, eleitos do PS.”-----

#### -----ORDEM DO DIA: -----

##### 1. Expediente-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de setembro até ao dia catorze de dezembro de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

##### 2. Atas -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 05**, da Sessão Ordinária de quinze de setembro. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a ata, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Os senhores Jaime Cáceres e Paulo Encarnação, eleitos da CDU, e Carlos Tomás, eleito do PS, não votaram a ata por não terem estado presentes naquela Sessão. -----

##### 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

###### --- a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento/Dois Mil e Dezasseite**. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um – Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Dezasseite**, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.\* -----

**FUNDAMENTOS:** - Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.”-----

\*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros da Mesa.” -----

No âmbito da apresentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que este era o último ano do mandato e que o documento presente à Assembleia traduzia aquela que tem sido a linha política das principais opções que visam o desenvolvimento do Município, nomeadamente na área da educação, com a

realização de obras nas escolas básicas nº3 e nº 4 de Santo André e de Ermidas Sado, a colocação de ar condicionado em todas as salas da Pré-Primária, entre outras, na requalificação e mobilidade no espaço urbano, com a construção da rede pedociclável da Aldeia à Cidade de Vila Nova de Santo André, a requalificação dos bairro das Flores e do Pinhal, as intervenções no Património que compreendem a criação do Museu de Arqueologia, em Alvalade, sendo o quarto Museu Municipal, as intervenções nos arranjos exteriores e na eficiência energética, nas redes de abastecimento de água e no saneamento, com a construção das etars, em Vale da Eira e nas Relvas Verdes. Acrescentou que algumas das obras serão concretizadas com recurso aos Fundos Comunitários, aos quais, finalmente, é possível ter acesso. -----  
Concluiu, informando que com estas e outras ações previstas e aquelas que já foram concretizadas, ficará cumprida a esmagadora maioria das promessas feitas pela CDU à população de Santiago do Cacém, para o atual mandato. -----  
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que a Câmara Municipal, no ano do final do mandato, vai beneficiar de verbas comunitárias que serão, em grande parte, aplicadas em dois mil e dezassete, sendo a verba restante repartida pelos anos seguintes de forma menos significativa, questionando se a concentração de verbas, em dois mil dezassete, se devia somente a razões eleitoristas ou a outros fatores. -----  
Questionou também sobre a razão do investimento previsto se concentrar, mais uma vez, na sua grande parte, nas freguesias de Santiago do Cacém e de Santo André, considerando que deve ser defendida a coesão territorial do Município. -----  
Mais referiu que gostaria de saber quais os apoios sociais previstos para pensionistas e idosos.-----  
Acrescentou que as verbas para fundos bibliográficos eram muito baixas.-----  
Questionou ainda sobre o ponto de situação relativa à intenção de alienação do património histórico e cultural, nomeadamente do edifício dos antigos Paços do Concelho.-----  
Referiu também que gostaria de saber o que tinha sido concretizado relativamente às questões levantadas pelo Tribunal de Contas na sequência da última Auditoria ao Município de Santiago do Cacém.-----  
A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----  
Sobre a última questão da Senhora Joana Filipe, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou que a colocasse, por escrito.-----  
Relativamente à repartição das verbas pelos anos seguintes, esclareceu que a mesma era obrigatória, acrescentando que havia obras previstas iniciar em dois mil e dezassete que só serão concluídas em dois mil e dezoito, e que se perspetivava lançar outras obras nos anos seguintes, sendo que o compromisso do Executivo atual era, fundamentalmente, para dois mil e dezassete. -----  
Mais referiu que se estava a discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano e que o atraso no programa Alentejo2020, o qual devia ter sido iniciado em janeiro de dois mil e catorze, justificava a utilização das verbas dos Fundos Comunitários no exercício em causa, não existindo qualquer manobra eleitorista. Acrescentou que o volume significativo de candidaturas àqueles fundos resultava da capacidade da Câmara Municipal para apresentar projetos, conseguindo que fosse assim aprovado um conjunto de investimentos que contemplava nomeadamente, quatro aglomerados urbanos com centros históricos, a regeneração urbana e de requalificação, da Rua Professor Egas Moniz, na Cidade de Santiago do Cacém, em curso, do Bairro

das Flores e do Bairro do Pinhal, a construção do *Skate Park* e a nova Etar de Ermidas Sado, entre outras, algumas das quais já mencionadas na sua intervenção anterior. -----  
Deu ainda a conhecer uma listagem exaustiva de investimentos a realizar em cada freguesia, acrescentando que algumas obras serão realizadas por administração direta e em parceria com as diferentes juntas de freguesia. -----

Referiu também outros investimentos previstos nas áreas da cultura, desporto, turismo, atividades económicas e na modernização administrativa, bem como o recente investimento nos novos equipamentos para a higiene urbana e para o cinema, e a concretização da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). -----

Sobre os fundos bibliográficos, referiu que as bibliotecas municipais estão a funcionar plenamente e com níveis de frequência elevados, acrescentando que o Município construiu aqueles equipamentos sem qualquer apoio externo e que nos primeiros anos foi feito um investimento significativo na aquisição de fundos, sendo agora mais reduzido. -----

A Senhora Joana Filipe referiu que iria solicitar, por escrito, a evolução de alguns dados, no mandato em curso, nomeadamente das obras por administração direta realizadas nas diferentes freguesias. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi aprovada, **por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Paulo Dinis Romão da Encarnação, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves. -----

Cinco abstenções, sendo três de eleitos do PS, Senhor João Filipe Rodrigues da Silva Pereira e senhoras Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante, uma da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.” -----

**AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS:** Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo e Carlos Tomás, eleitos do PS. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pela Senhora Joana Ganço Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Em ano de final de mandato, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém vai beneficiar de um conjunto de verbas comunitárias que lhe permitiu aumentar em Orçamento para 2017 as verbas de investimento em cerca de seis milhões de euros. -----

Do meu ponto de vista, esses dinheiros, que são receitas municipais, devem financiar políticas públicas que melhorem a qualidade de vida dos munícipes e atendam as suas expectativas e anseios e devem ser geridas de modo eficaz. -----

Preocupa-nos, ainda que em matéria de investimentos públicos, prevaleça uma perspetiva de curta duração, com a concentração de cerca de metade do investimento em 2017 e o restante ao longo dos três anos seguintes, com investimentos sucessivamente menores. Preocupa-nos que isto corresponda a uma estratégia eleitoralista, muito pouco amiga de um trabalho planeado e equilibradamente faseado.

Por outro lado, e ainda em matéria de obras públicas, as GOP não favorecem a coesão do concelho porque são esmagadoramente realizadas nas duas mais importantes freguesias do concelho. Pugnamos antes por uma verdadeira delegação de competências, traduzida em protocolos robustos e consistentes. -----

É ainda preocupante que os fundos destinados à atualização dos fundos bibliográficos sejam baixíssimos, bem como os fundos destinados ao apoio social para pensionistas e idosos.-----

Discordo também da subestimação do património histórico-cultural traduzida na intenção de alienação do edifício dos antigos Paços do Concelho, anteriormente manifestada.-----

Por tudo isto, abstenho-me.” -----

-----  
**--- b) Mapa de Pessoal 2017** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar o Mapa de Pessoal para 2017.\* -----

**FUNDAMENTOS: De facto:** Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal.-----

**De direito:** De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

\*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros da Mesa.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso a palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, **por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Paulo Dinis Romão da Encarnação, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, dois das eleitas do PS, senhoras Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante, um da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.”-----

Uma abstenção, do Senhor João Filipe Rodrigues, eleito do PS. -----

**AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS:** Senhor Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo e Carlos Tomás, eleitos do PS.” -----

-----  
**--- c) Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém 2017.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias a atribuir em 2017, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações:-----

----- **Apoio para Freguesias** -----

(VALORES EM EUROS)

JUNTAS	Correntes	Capital	Total
--------	-----------	---------	-------

Abela	4.474,68	13.921,07	18.395,75
Alvalade	6.088,17	25.611,30	31.699,47
Cercal do Alentejo	8.518,11	27.140,88	35.658,99
Ermidas-Sado	9.201,39	11.961,64	21.163,03
Santo André	39.709,00	14.504,63	54.213,63
São Francisco da Serra	15.962,27	7.839,40	23.801,67
União Santiago Cacem, S. Cruz e S. Bartolomeu	78.708,08	52.710,47	131.418,55
União São Domingos e Vale Agua	8.691,01	25.427,76	34.118,77
<b>TOTAL</b>	<b>171.352,71</b>	<b>179.117,15</b>	<b>350.469,86</b>

**FUNDAMENTOS: De facto: UM:** As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

**DOIS:** Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais;-----

**TRÊS:** Estas autarquias recebem transferências da administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

**QUATRO:** Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas;-----

**CINCO:** Importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia. -----

**SEIS:** Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 dotações que englobam os apoios ora em causa. -----

**De direito: UM:** Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, conforme de acordo com o artigo 33.º n.º1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

**DOIS:** Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supra citado regime.” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu estar disponível para qualquer esclarecimento no caso de dúvidas na leitura dos documentos. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, criticando o tom e a sobrançeria como o Senhor Presidente da Câmara se dirigia aos eleitos na Assembleia Municipal, insinuando designadamente que não sabem ler os documentos, considerando gratuitas e sem qualquer valor este tipo de considerações que não acrescentam nada ao debate. Mais referiu estar no final do mandato para o qual foi eleita e que iria dizer o que pensava, quer em nome pessoal quer em nome do seu partido, sendo que, ninguém a podia impedir de o fazer.-----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, referiu que as intervenções devem obedecer ao estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal.-----



Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começando por referir que era importante que todos soubessem o que estavam a fazer neste espaço de democracia e deviam medir as afirmações públicas que são feitas, considerando que era fácil dizer que a Câmara Municipal tinha reduzido a dotação para as freguesias, conforme foi referido num determinado comunicado, o que não correspondia à verdade, porque os valores se mantêm relativamente ao ano anterior. Acrescentou que a Câmara Municipal, desde sempre, tem transferido outras verbas para as freguesias no âmbito dos contratos de execução entre as partes, considerando inaceitável que o BE ou outro partido viesse dizer mentiras para a Comunicação Social e não se quisesse sujeitar a críticas.-----

Mais referiu que se congratulava com a posição frontal do Senhor Presidente da Câmara Municipal na resposta a esta e a outras questões, acrescentando que devia haver respeito pelas freguesias e pela Câmara Municipal.-----

Interveio o Senhor Rui Madeira, referindo que lhe fazia alguma confusão o facto do BE, Partido que já teve representado em executivos nas autarquias locais, lançar um comunicado com aquelas afirmações, o qual parece não ter sido escrito por uma pessoa inteligente e conhecedora da matéria em causa.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que tinha dito era que as pessoas não liam os documentos ou tinham dificuldade, na sua interpretação, o que os levava a equívocos, dizendo barbaridades e mentiras, ou então o faziam deliberadamente, o que considerava mais grave. Acrescentou que se tratava de observações sobre documentos que são públicos, considerando que o conteúdo do comunicado do BE era um ataque à gestão da Câmara Municipal. Mais referiu que seria melhor que exigissem aos governos que fosse cumprida a Lei das Finanças Locais, dotando as freguesias e as câmaras municipais dos meios financeiros proporcionais às suas responsabilidades para com as populações.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, **por maioria, com vinte e cinco votos a favor**, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Paulo Dinis Romão da Encarnação, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e um da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. Uma abstenção da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.”-----

--- **d) Apoio financeiro para a edição do catálogo “Dom Frei Manuel do Cenáculo – Itinerários por Santiago” do Cacém**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da transferência de verba para a União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra, no montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para apoio à edição do catálogo “Dom Frei Manuel do Cenáculo – Itinerários por Santiago” do Cacém.-----

**FUNDAMENTOS: De Facto: Um-** A União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu propôs-se promover a edição do catálogo da exposição dedicada a Frei Manuel do Cenáculo – Itinerários por Santiago. -----

**Dois-** A Câmara Municipal considera importante a edição do catálogo dedicado a Dom Frei Manuel do Cenáculo. -----

**Três-** A Câmara Municipal de Santiago do Cacém valoriza a promoção e a realização de ações no âmbito do Património Cultural e Histórico, no sentido de preservar a memória e a tradição. -----

**De Direito: Um-** Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

**Dois-** As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos das alíneas d) f) e h) do nº 2 do artigo 7º do citado regime.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

#### 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto a outubro de 2016, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e cinquenta e oito minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_